RESUMO
O racismo estrutural constitui um dos principais obstáculos para a efetivação do direito à educação de qualidade no Brasil. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a educação como direito de todos e dever do Estado, persistem desigualdades raciais que afetam significativamente o acesso, a permanência e o desempenho escolar da população negra. O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos do racismo estrutural na educação brasileira, identifi
i
cando suas manifestações históricas, sociais e institucionais e discutindo seus reflexos no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, utilizando contribuições de autores que abordam as relações étnico-raciais, a educação inclusiva e os direitos humanos. Os resultados apontam que o racismo estrutural influencia diretamente a trajetória escolar de estudantes negros, contribuindo para índices mais elevados de evasão, discriminação e exclusão social. Conclui-se que a construção de uma educação de qualidade exige a implementação de políticas públicas efetivas, formação docente adequada e práticas pedagógicas comprometidas com a igualdade racial e a valorização da diversidade cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural; Educação; Igualdade racial; Direitos humanos; Educação de qualidade.

ABSTRACT
Structural racism constitutes one of the main obstacles to the realization of the right to quality education in Brazil. Although the 1988 Federal Constitution guarantees education as a right for all and a duty of the State, racial inequalities persist that signifi
i
cantly affect access, retention, and school performance of the Black population. This article aims to analyze the impacts of structural racism on Brazilian education, identifying its historical, social, and institutional manifestations and discussing its reflections on the teaching and learning process. The research is based on a literature review, using contributions from authors who address ethnic-racial relations, inclusive education, and human rights. The results indicate that structural racism directly influences the school trajectory of Black students, contributing to higher rates of dropout, discrimination, and social exclusion. It is concluded that the construction of quality education requires the implementation of effective public policies, adequate teacher training, and pedagogical practices committed to racial equality and the appreciation of cultural diversity.

KEYWORDS: Structural racism; Education; Racial equality; Human rights; Quality education.

INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida como um direito fundamental e um instrumento essencial para a promoção da cidadania, da igualdade e do desenvolvimento social. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Entretanto, apesar dos avanços legais e das políticas educacionais implementadas nas últimas décadas, persistem profundas desigualdades que comprometem a efetivação desse direito, especialmente para a população negra.

Entre os diversos fatores que contribuem para essas desigualdades destaca-se o racismo estrutural, compreendido como um conjunto de práticas, valores e mecanismos sociais que reproduzem privilégios para determinados grupos raciais e desvantagens para outros. Diferentemente das manifestações individuais de preconceito, o racismo estrutural está incorporado às instituições e às relações sociais, influenciando oportunidades e condições de vida.

No contexto educacional, o racismo estrutural manifesta-se por meio da exclusão histórica da população negra do acesso ao ensino, da invisibilidade de suas contribuições culturais e científicas nos currículos escolares, da discriminação cotidiana e da desigualdade nas condições de aprendizagem. Tais fatores afetam não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes negros, mas também sua autoestima, identidade e perspectivas futuras.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental compreender como o racismo estrutural interfere na garantia do direito à educação de qualidade. Este artigo busca analisar os impactos desse fenômeno no sistema educacional brasileiro, destacando seus aspectos históricos, sociais e pedagógicos, bem como refletir sobre estratégias capazes de promover uma educação antirracista e inclusiva.

O RACISMO ESTRUTURAL E SUAS BASES HISTÓRICAS

Para compreender os impactos do racismo estrutural na educação é necessário analisar suas origens históricas. O racismo no Brasil está diretamente relacionado ao processo de colonização e ao sistema escravista que perdurou por mais de três séculos. Durante esse período, milhões de africanos foram submetidos à escravidão, privados de direitos e excluídos dos espaços de participação social.

Para Munanga (2020), o racismo não se manifesta apenas em atitudes individuais, mas também por meio de práticas e estruturas sociais que historicamente dificultam o acesso da população negra a direitos e oportunidades.

A abolição da escravidão em 1888 não foi acompanhada por políticas públicas capazes de integrar a população negra à sociedade em condições de igualdade. Ao contrário, os ex-escravizados permaneceram marginalizados, sem acesso à educação, moradia, emprego e outras oportunidades fundamentais para a ascensão social.

Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural não se limita a atitudes preconceituosas individuais, mas constitui um elemento organizador das relações sociais. Ele está presente nas instituições, nas políticas públicas e nas práticas cotidianas, reproduzindo desigualdades raciais de forma sistemática.

Além das dificuldades de acesso, a população negra também enfrenta desafios relacionados à qualidade da educação oferecida. Muitas escolas localizadas em regiões periféricas apresentam carências estruturais, falta de recursos pedagógicos e condições inadequadas para o desenvolvimento pleno do processo de ensino-aprendizagem. Essa realidade contribui para a manutenção das desigualdades sociais e raciais, limitando as oportunidades de mobilidade social para grande parcela da população negra.

De acordo com dados e pesquisas sobre educação no Brasil, estudantes negros apresentam, em média, maiores índices de evasão escolar e menores oportunidades de acesso ao ensino superior quando comparados aos estudantes brancos. Esses resultados evidenciam que as desigualdades raciais não são fruto apenas de ações individuais, mas refletem processos históricos e sociais que continuam influenciando as trajetórias educacionais.

Diante desse cenário, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade racial na educação. A valorização da diversidade cultural, a formação continuada dos professores para o enfrentamento do racismo e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas são medidas essenciais para a construção de uma escola mais democrática. Dessa forma, a educação pode desempenhar um papel transformador, contribuindo para a redução das desigualdades e para a formação de cidadãos conscientes da importância do respeito às diferenças e da promoção da justiça social.

"A educação é um instrumento fundamental para a superação das desigualdades raciais e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática" (GOMES, 2017, p. 45).

Nesse contexto, a escola também foi influenciada por estruturas excludentes. Durante muito tempo, a educação formal esteve restrita às elites, enquanto a população

negra enfrentava barreiras para o acesso e a permanência nos espaços escolares. Essas desigualdades históricas continuam refletindo-se nos indicadores educacionais atuais.

O DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A educação é reconhecida internacionalmente como um direito humano fundamental. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que toda pessoa tem direito à educação. No Brasil, esse direito é garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996).

De acordo com Dourado e Oliveira (2009), a qualidade da educação depende não apenas do acesso à escola, mas também das condições de permanência, dos recursos disponíveis, da formação dos professores e das oportunidades efetivas de aprendizagem oferecidas aos estudantes.

Entretanto, garantir o acesso à escola não é suficiente. A educação de qualidade envolve condições adequadas de aprendizagem, infraestrutura, recursos pedagógicos, formação docente e respeito à diversidade cultural dos estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça a necessidade de promover uma educação inclusiva e comprometida com os princípios da equidade. Isso significa reconhecer as diferenças sociais, culturais e raciais existentes na sociedade e desenvolver estratégias para reduzir desigualdades.

"A qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente e que envolve múltiplas dimensões" (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 203).

Nesse sentido, o combate ao racismo constitui condição indispensável para a efetivação do direito à educação de qualidade. Quando estudantes sofrem discriminação ou têm sua identidade cultural desvalorizada, o processo educativo é comprometido, prejudicando o desenvolvimento integral dos indivíduos.

MANIFESTAÇÕES DO RACISMO ESTRUTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

O racismo estrutural manifesta-se de diferentes formas no ambiente escolar. Muitas vezes, essas manifestações ocorrem de maneira sutil, tornando-se naturalizadas e difíceis de serem identificadas.

Uma das formas mais comuns é a invisibilidade da população negra nos materiais didáticos. Durante décadas, livros escolares apresentaram uma visão eurocêntrica da história, minimizando as contribuições africanas e afro-brasileiras para a formação da sociedade brasileira.

Outra manifestação refere-se às expectativas diferenciadas em relação ao desempenho dos estudantes. Pesquisas apontam que alunos negros frequentemente enfrentam julgamentos e estereótipos que influenciam negativamente suas oportunidades educacionais.

"O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares" (ALMEIDA, 2019, p. 50).

Além disso, episódios de discriminação racial, apelidos ofensivos e práticas de exclusão ainda são recorrentes em muitas escolas. Essas situações provocam sofrimento psicológico, prejudicam a autoestima e contribuem para o afastamento dos estudantes do ambiente escolar.

Segundo Almeida (2019), o racismo estrutural está presente nas instituições e nas relações sociais, funcionando como um mecanismo que reproduz desigualdades e privilégios raciais de forma contínua na sociedade.

O racismo também pode ser observado na distribuição desigual de recursos educacionais. Escolas localizadas em regiões com predominância de população negra frequentemente apresentam maiores dificuldades relacionadas à infraestrutura, equipamentos e acesso a tecnologias.

IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Os efeitos do racismo estrutural sobre o processo de aprendizagem são amplos e complexos. A discriminação racial afeta diretamente o desempenho escolar e o desenvolvimento emocional dos estudantes.

Quando crianças e jovens são expostos cons-

tantemente a mensagens que desvalorizam sua identidade racial, podem desenvolver sentimentos de inferioridade e insegurança. Isso influencia a participação em sala de aula, a motivação para os estudos e a construção da autoestima.
Além dos impactos psicológicos, o racismo estrutural contribui para a reprodução de desigualdades socioeconômicas. A população negra apresenta índices mais elevados de vulnerabilidade social, o que interfere nas condições de estudo e no acesso a oportunidades educacionais.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. O racismo não é apenas um comportamento individual, mas um processo que integra a organização política, econômica e social das sociedades contemporâneas. (ALMEIDA, 2019, p. 32).

As consequências incluem maiores taxas de evasão escolar, reprovação e distorção idade-série. Esses fatores limitam o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, perpetuando ciclos históricos de exclusão social.
Portanto, os impactos do racismo estrutural ultrapassam o espaço escolar, influenciando a trajetória de vida dos indivíduos e comprometendo a construção de uma sociedade mais justa e democrática.



Fonte:https://box.novaescola.org.br/etapa/3/educacao-fundamental-2/caixa/214/precisamos-falar-sobre-racismo-estrutural/conteudo/19922.Acesso: 20 JUL. 2026.

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Nas últimas décadas, diversas iniciativas foram desenvolvidas para enfrentar o racismo na educação brasileira. Entre elas destaca-se a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas.
Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade ao incluir conteúdos relacionados à história e cultura dos povos indígenas. Essas legislações representam importantes avanços na valorização da diversidade cultural e no reconhecimento das contribuições históricas de grupos tradicionalmente marginalizados.
De acordo com Gomes (2017), as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial na educação são fundamentais para combater as desigualdades históricas e garantir o reconhecimento da diversidade étnico-racial presente na sociedade brasileira.
Outra medida relevante foi a implementação das políticas de ações afirmativas, incluindo o sistema de cotas raciais nas universidades públicas. Essas políticas contribuíram para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior e reduzir desigualdades históricas.
Apesar dos avanços, ainda existem desafios significativos. A efetividade dessas políticas depende de investimentos contínuos, formação adequada dos profissionais da educação e compromisso institucional com a promoção da igualdade racial.

O PAPEL DA ESCOLA E DOS PROFESSORES NO COMBATE AO RACISMO

A escola desempenha papel fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Como espaço de formação humana, deve promover valores de respeito, diversidade e justiça social.
Os professores possuem responsabilidade importante nesse processo, pois atuam diretamente na mediação do conhecimento e na formação das identidades dos estudantes. Para isso, é essencial que recebam formação inicial e continuada sobre relações étnico-raciais e educação antirracista.

Práticas pedagógicas que valorizem a cultura afro-brasileira, promovam o diálogo intercultural e combatam estereótipos contribuem para a construção de ambientes escolares mais acolhedores e inclusivos.

Segundo Munanga (2020), a implementação de políticas educacionais que valorizem a história e a cultura afro-brasileira contribui para a desconstrução de preconceitos e para a formação de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Além disso, é necessário que a escola desenvolva mecanismos de prevenção e enfrentamento às situações de discriminação racial, garantindo proteção e apoio às vítimas.

A educação antirracista não beneficia apenas os estudantes negros. Ela contribui para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com os princípios democráticos e os direitos humanos.

Além disso, a escola deve desenvolver projetos e atividades que estimulem a reflexão crítica sobre a história do racismo e seus impactos na sociedade brasileira. Debates, palestras, rodas de conversa, feiras culturais e a utilização de obras literárias produzidas por autores negros são exemplos de ações que ampliam o conhecimento dos estudantes e fortalecem o respeito às diferenças.

Essas iniciativas também contribuem para desconstruir preconceitos e incentivar uma convivência baseada na igualdade de direitos.

Outro aspecto importante é o combate às práticas discriminatórias dentro do ambiente escolar. Situações de racismo, bullying ou qualquer forma de preconceito precisam ser identificadas e enfrentadas com seriedade, por meio de medidas educativas e do diálogo entre alunos, professores, gestores e famílias. A escola deve garantir que todas as pessoas se sintam seguras, respeitadas e valorizadas, independentemente de sua origem, cor da pele ou identidade cultural.

A participação da comunidade escolar também é essencial nesse processo. Quando família, escola e sociedade trabalham em conjunto, torna-se mais fácil promover uma educação voltada para a cidadania e para o respeito aos direitos humanos. A implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, representa um importante instrumento para fortalecer a educação antirracista e ampliar o reconhecimento das contribuições da população negra para a formação do Brasil.

Portanto, o papel da escola e dos professores vai muito além da transmissão de conteúdo. Cabe a eles formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e do enfrentamento do racismo em todas as suas formas, a educação pode transformar realidades e contribuir para a redução das desigualdades, promovendo o respeito à diversidade e a valorização de todas as culturas.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A GARANTIA DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Embora existam avanços legislativos e políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial, muitos desafios permanecem. A persistência de desigualdades sociais, a insuficiência de recursos educacionais e a resistência à implementação de práticas antirracistas dificultam a transformação da realidade escolar.

É necessário fortalecer políticas públicas que garantam acesso, permanência e sucesso escolar para todos os estudantes. Também é fundamental ampliar investimentos na formação docente e na produção de materiais didáticos que representem adequadamente a diversidade da sociedade brasileira.

A qualidade da educação deve ser entendida em uma perspectiva ampla, envolvendo múltiplas dimensões e significados. Não se limita apenas ao desempenho dos estudantes em avaliações, mas relaciona-se às condições de acesso, permanência e aprendizagem, considerando fatores intra e extraescolares que influenciam o processo educativo. A construção de uma educação de qualidade para todos exige a articulação de políticas públicas, condições adequadas de ensino e compromisso com a inclusão social. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 204).

A participação das famílias, comunidades e movimentos sociais é igualmente importan-

te para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento ao racismo.
Somente por meio de ações articuladas será possível garantir uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social.

CONCLUSÃO

O racismo estrutural constitui um dos principais obstáculos para a efetivação do direito à educação de qualidade no Brasil. Suas raízes históricas, associadas ao legado da escravidão e às desigualdades sociais persistentes, continuam influenciando o acesso, a permanência e o desempenho escolar da população negra.
Ao longo deste estudo, verificou-se que o racismo se manifesta de diversas formas no ambiente educacional, incluindo discriminação, invisibilidade cultural, desigualdade de oportunidades e reprodução de estereótipos. Tais fatores comprometem o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes, contribuindo para a manutenção de ciclos de exclusão social.
Também foi possível identificar avanços importantes, como a implementação de legislações voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira e a adoção de políticas de ações afirmativas. Contudo, esses avanços ainda não são suficientes para eliminar as desigualdades existentes.
Além disso, é importante reconhecer que o combate ao racismo no contexto educacional não é responsabilidade exclusiva da escola, mas de toda a sociedade. Famílias, gestores públicos, instituições de ensino e demais setores sociais devem atuar de forma articulada para promover uma cultura de respeito à diversidade e valorização das diferenças étnico-raciais. A educação antirracista deve ser compreendida como um compromisso permanente, capaz de transformar práticas, discursos e relações sociais historicamente marcadas pela exclusão.
Nesse sentido, torna-se fundamental fortalecer ações que incentivem a representatividade da população negra nos espaços educacionais, bem como ampliar o acesso a recursos e oportunidades que garantam condições efetivas de aprendizagem para todos os estudantes. A construção de ambientes escolares acolhedores e democráticos contribui para o desenvolvimento da autoestima, do sentimento de pertencimento e da participação ativa dos alunos no processo educativo.
Por fim, reafirma-se que a superação das desigualdades raciais na educação constitui um desafio contínuo, que exige comprometimento político, investimento público e mobilização social. Somente por meio de ações concretas e permanentes será possível assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de promover a cidadania, a equidade e a justiça social para as atuais e futuras gerações.
Conclui-se que a construção de uma educação de qualidade exige o enfrentamento efetivo do racismo estrutural por meio de políticas públicas, práticas pedagógicas inclusivas e formação docente comprometida com a promoção da igualdade racial. Somente assim será possível garantir uma educação que respeite a diversidade e contribua para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 e estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, 2008.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cadernos CEDES, Campi-

nas, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 66. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A difícil democracia. São Paulo: Boitempo, 2016.

UNESCO. Educação para a igualdade racial no Brasil. Brasília: UNESCO, 2021.